



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

CADERNO DE QUESTÕES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 02/2026

—— Cargos de Técnicos Administrativos em Educação - TAEs ——

CARGO

TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA

Código: 17

MATÉRIA

QUESTÕES

Língua Portuguesa

01 a 05

Raciocínio Lógico

06 a 10

Informática

11 a 13

Legislação e Contexto Histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica

14 a 20

Conhecimentos Específicos / Conforme o cargo

21 a 50

ATENÇÃO

Transcreva, no espaço apropriado da sua GRADE DE RESPOSTAS (Folha Óptica), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Ler é cultivar o saber.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.



FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



INSTRUÇÕES

- 1 Após o recebimento dos materiais, é de responsabilidade da pessoa candidata conferir seus dados pessoais, especialmente nome, documento de identificação e área de inscrição, comunicando imediatamente ao fiscal qualquer divergência identificada.
- 2 Esta PROVA consta de **50** (cinquenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 As respostas da Prova Objetiva deverão ser assinaladas na Grade de Respostas mediante o preenchimento integral da elipse correspondente à alternativa escolhida, com caneta esferográfica de ponta grossa e tinta azul ou preta, conforme orientação constante na referida grade.
- 5 **A pessoa candidata que comparecer para realizar a prova não deverá, sob pena de ser excluída do certame, portar relógios, armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, pagers, notebooks, telefones celulares, pen drives ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos/próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhe cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, exceto quando sua utilização for previamente autorizada pela Comissão do Concurso, em razão de atendimento especial deferido, ou nas hipóteses previstas em lei.** (conforme subitem 6.5 do Edital de Abertura)
- 6 Após o início da prova, a pessoa candidata deverá permanecer em silêncio, não podendo realizar consultas, comunicar-se com outras pessoas candidatas ou utilizar qualquer recurso não autorizado. (conforme subitem 6.14 do Edital de Abertura)
- 7 Durante a realização das Provas Objetiva, **a pessoa candidata poderá manter sobre a mesa apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente**, e alimentos acondicionados em embalagem transparente. As garrafas deverão permanecer abaixo da mesa. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, grafite, marca-texto, borracha ou corretivo. (conforme subitem 7.5 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a Grade de Respostas, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa Grade de Respostas a partir do número **51** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a Grade de Respostas ao Fiscal da sala.
- 10 A pessoa candidata deverá observar os seguintes tempos e condições:
 - a) **terá 4 (quatro) horas** para realizar as Provas Objetiva, incluindo o preenchimento da Grade de Respostas;
 - b) deverá permanecer no local de prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da aplicação;
 - c) poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente **após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** do início da prova.
- 11 Ao término da prova, a pessoa candidata deverá entregar ao Fiscal de Sala a Grade de Respostas, devidamente preenchidas e assinadas, sendo esses os únicos documentos válidos para correção. O preenchimento desses documentos é de sua inteira responsabilidade e deverá observar as instruções contidas no Edital de Abertura e no caderno de provas. A não entrega desses documentos implicará a eliminação do certame. (conforme subitem 7.9 do Edital de Abertura)
- 12 O descumprimento das instruções deste caderno ou das normas do Edital de Abertura poderá implicar a anulação da prova da pessoa candidata.



Instrução: As questões 01 a 05 referem-se ao texto abaixo.

PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE

01. Os agentes públicos, ante a aplicação _____ teoria do órgão (ou da imputação volitiva), atuam representando a Administração Pública, vale dizer, a vontade do agente público se confunde com a do Estado, poder-dever conferido _____ ele pelo ordenamento jurídico.

02. Não se trata, portanto, de uma relação de mandato, haja vista a impossibilidade de o Estado manifestar sua vontade senão pela atuação do próprio agente público. 03. Não se trata, de igual modo, de uma relação de representação, uma vez que o Estado é sujeito de direito, ou seja, pessoa jurídica de direito público interno, dotada de personalidade jurídica, capaz de responder _____ danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988.

04. Se o agente público apresenta a Administração Pública, é evidente que sua atuação deve estar alinhada com o princípio fundamental republicano (art. 1º da Constituição Federal de 1988), no qual a Administração Pública deve servir à sociedade, em detrimento de uma Administração Patrimonial, em que os cargos públicos são tidos como "propriedade" do soberano, e, consequentemente, os agentes públicos agem para garantir a proteção e os interesses desse soberano e dos seus "apadrinhados", e não o interesse público.

05. Servir à *res publica*, assim, significa atuar de modo impessoal, sem preferências, favoritismos, corporativismos, mas também sem perseguições, sectarismos, acossamentos.

06. A expressão "imparcialidade" representa o antônimo da expressão "parcialidade". Ser parcial significa possuir um interesse específico, logo, quem é parcial, naturalmente terá a tendência a proteger o seu interesse. O próprio conceito de "parte", para fins processuais, indica se tratar de um sujeito parcial, uma vez que possui interesse específico que a decisão lhe seja favorável.

07. O agente público, principalmente aquele dotado de poder de decisão, não pode agir visando a proteger seus interesses pessoais ou mesmo dos administrados; ao revés, deve estar interessado, apenas, em aplicar o ordenamento jurídico e prestar um bom serviço público.

08. É importante destacar que a imparcialidade não se confunde com a neutralidade. Ser neutro significa distanciar-se absolutamente do objeto de análise, evitando levar em consideração as experiências de vida, as memórias, _____ é uma utopia.

Adaptado de: PAULA, E. L. N. de. Reforma Administrativa: novos princípios da Administração Pública. Revista do TCU, n. 146, 2020, p. 38-40. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/91>>. Acesso em: 07 jul. 2026.

01. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas das linhas 01, 05, 12 e 47, nesta ordem.

- (A) da – à – aos – de que
- (B) da – a – pelos – em que
- (C) da – a – pelos – o que
- (D) de – à – aos – o que
- (E) de – à – pelos – no que

02. Abaixo são feitas algumas afirmações acerca de ideias veiculadas pelo texto.

- I - Segundo o texto, com base na teoria do órgão, a vontade do agente público, quando atua nessa qualidade, confunde-se com a vontade do Estado.
- II - Segundo o texto, a imparcialidade exige que o agente público se afaste completamente de suas experiências de vida e de suas memórias ao tomar decisões.
- III- Segundo o texto, servir à *res publica* implica atuar em prol de favoritismos, corporativismos, perseguições ou sectarismos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

03. Considere as afirmações abaixo a respeito dos tempos e modos verbais utilizados no texto.

- I - Os verbos **atuam** (l. 02) e **se confunde** (l. 04), empregados no primeiro parágrafo, estão conjugados no presente do indicativo.
- II - As formas verbais **causarem** (l. 13) e **seja** (l. 36) estão conjugadas no mesmo tempo e modo verbal.
- III- A forma verbal **terá** (l. 33) está conjugada no futuro do presente do indicativo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

- 04.** No bloco superior abaixo, estão palavras retiradas do texto; no inferior, descrições relacionadas à formação de palavras.
Associe corretamente o bloco inferior ao superior.

() **poder-dever** (l. 04-05)
() **imparcialidade** (l. 30)
() **ordenamento** (l. 42)
() **absolutamente** (l. 45)

- (1) Constituída por composição por justaposição, sem alteração significativa dos elementos formadores.
(2) Constituída por prefixo com sentido de negação e por sufixo formador de substantivo abstrato a partir de adjetivo.
(3) Constituída por sufixo formador de substantivo a partir de verbo.
(4) Constituída por sufixo formador de advérbio a partir de adjetivo.
(5) Constituída por composição por aglutinação, com alteração fonética de um dos elementos formadores.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) 1 – 3 – 2 – 4.
(B) 1 – 2 – 3 – 4.
(C) 5 – 2 – 3 – 4.
(D) 1 – 2 – 4 – 3.
(E) 5 – 3 – 2 – 1.

- 05.** Se a expressão **O agente público** (l. 38), no penúltimo parágrafo do texto, fosse substituída por **Os agentes públicos**, quantas outras alterações seriam necessárias, para fins de concordância, até o final desse parágrafo?

(A) Uma.
(B) Duas.
(C) Três.
(D) Quatro.
(E) Cinco.

- 06.** Para garantir que, em uma sala de aula, haja pelo menos duas pessoas que aniversariam no mesmo mês do ano de 2027, é condição necessária que nesta sala existam, no mínimo,

(A) 12 pessoas.
(B) 13 pessoas.
(C) 24 pessoas.
(D) 25 pessoas.
(E) 26 pessoas.

- 07.** Considere a afirmação abaixo.

Andrade é escritor ou Cecília é estudante.

A negação lógica para a afirmação é

(A) Andrade não é escritor ou Cecília não é estudante.
(B) Andrade é estudante ou Cecília é escritora.
(C) Andrade não é escritor e Cecília não é estudante.
(D) Se Andrade não é escritor, então Cecília é estudante.
(E) Se Andrade é escritor, então Cecília é estudante.

- 08.** Abaixo são apresentados os quatro primeiros termos de uma sequência numérica que possui um padrão de construção.
10, 18, 28, 40, ...

Utilizando esse padrão de construção, os números que correspondem ao sétimo termo e ao décimo termo da sequência são, respectivamente,

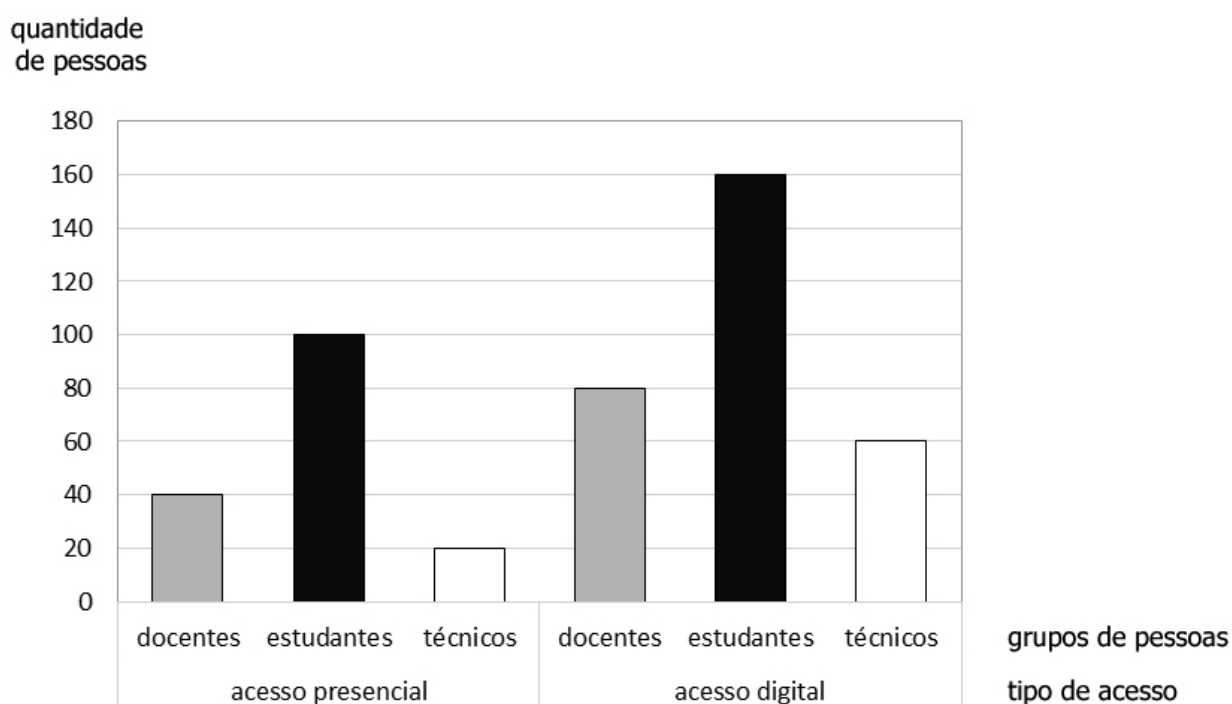
(A) 70 e 130.
(B) 70 e 154.
(C) 88 e 130.
(D) 88 e 154.
(E) 108 e 180.

- 09.** Em quatro caixas iguais e não transparentes foram colocadas bolas das cores vermelha, amarela e branca da seguinte maneira: uma caixa contém apenas bolas vermelhas; outra caixa contém apenas bolas amarelas; duas caixas contêm apenas bolas brancas. Em seguida as caixas foram fechadas e etiquetadas com a indicação da cor das bolas contidas em cada caixa, sendo uma etiqueta vermelha, uma etiqueta amarela e duas etiquetas brancas. No entanto, ao colocar as etiquetas, todas foram colocadas erradas.

Para corrigir a identificação da cor das bolas contidas em cada caixa é suficiente abrir

- (A) a caixa com a etiqueta vermelha.
- (B) a caixa com a etiqueta amarela.
- (C) uma caixa com a etiqueta branca.
- (D) as duas caixas com a etiqueta branca.
- (E) uma caixa com a etiqueta branca e a caixa com a etiqueta amarela.

- 10.** O gráfico abaixo representa a distribuição do número de docentes, técnicos e estudantes que acessaram, em maio de 2026, a biblioteca de uma instituição.



Sabe-se que cada membro de cada grupo acessa a biblioteca apenas de uma das seguintes duas maneiras: acesso presencial e acesso digital. Com base nessas informações e nos dados do gráfico, considere as afirmações abaixo.

- I - Em relação ao total de estudantes que acessaram a biblioteca em maio de 2026, a porcentagem de estudantes que acessaram a biblioteca presencialmente é maior do que 40%.
- II - O número de docentes que acessaram presencialmente a biblioteca representa menos de 30% do total de docentes que acessaram a biblioteca em maio de 2026.
- III- O total de pessoas que compõem os três grupos, docentes, estudantes e técnicos, que acessaram a biblioteca em maio de 2026 é 460.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

- 11.** Considere a planilha reproduzida na figura abaixo, elaborada no LibreOffice Calc, versão 7.0 ou superior, com interface em português do Brasil e configurações padrão de idioma e de separador de argumentos (ponto e vírgula).

	A	B	C
1	27/09/2026	12	5
2	19	7	26
3	9,4	-4	10
4	6	17	1
5	3	16	9

Qual das fórmulas a seguir, se inserida em uma célula vazia, retorna o valor 19?

- (A) =PROCV(A2;A1:B5;2;0)
 (B) =CONCATENAR(A4;A5)
 (C) =B4+B1/A4
 (D) =SE(B4>B1;B4-B1;B1-B4)
 (E) =MÉDIA(B1:C2)

- 12.** Considere as afirmações abaixo sobre a autenticação em duas etapas (2FA).

- I - Ela combina, à senha (algo que o usuário sabe), um segundo fator de natureza distinta, de modo que a obtenção isolada da senha — por exemplo, em um vazamento de dados — não seja suficiente para o acesso indevido à conta.
- II - O código temporário (TOTP) gerado por um aplicativo autenticador instalado no celular do usuário caracteriza um fator do tipo "algo que o usuário possui", pois sua geração depende da posse do dispositivo e de uma chave secreta nele armazenada.
- III - Por depender da posse de um aparelho celular vinculado a um número de linha, o recebimento de código via SMS oferece o mesmo nível de segurança do aplicativo autenticador, uma vez que ambos os métodos se baseiam no mesmo tipo de fator.
- IV - Ainda que reduza substancialmente o risco de invasões por senhas vazadas ou reutilizadas, 2FA não elimina totalmente o risco de comprometimento da conta, podendo ser contornado por ataques de *phishing* em tempo real que capturam tanto a senha quanto o código válido no momento do login.
- V - Por adicionar uma camada extra de proteção, a ativação de 2FA torna dispensável o uso de senhas distintas para cada serviço, já que o segundo fator protege igualmente todas as contas do usuário.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e IV.
 (B) Apenas I, III e V.
 (C) Apenas II, III e IV.
 (D) Apenas I, II, III e IV.
 (E) Apenas I, II, IV e V.

- 13.** Um servidor precisa enviar, por correio eletrônico, um comunicado a 42 participantes de um evento externo, sem que cada destinatário tome conhecimento dos endereços dos demais, em observância à proteção de dados pessoais.

Considere as afirmações abaixo sobre essa situação.

- I - Ao inserir os 42 endereços no campo Cco, cada destinatário recebe a mensagem sem visualizar os endereços dos demais participantes incluídos nesse campo.
- II - Caso os endereços fossem inseridos no campo Cc, ainda que não constassem do campo Para, todos os 42 participantes teriam acesso à lista completa de e-mails uns dos outros.
- III - Se um dos destinatários incluídos em Cco utilizar a opção "Responder a todos", sua resposta será automaticamente encaminhada aos demais 41 participantes, pois o cabeçalho original com todos os destinatários é reconstituído a partir dos metadados do servidor de envio.
- IV - Ainda que corretamente utilizado, o campo Cco não impede que o conteúdo do comunicado seja copiado e reencaminhado por qualquer destinatário a terceiros, de modo que a confidencialidade da lista de endereços não garante, por si só, o sigilo do teor da mensagem.
- V - Os endereços de e-mail inseridos no campo Cco (Com cópia oculta) recebem o e-mail criptografado, e não podem encaminhá-lo para outros destinatários.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas I, II, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

- 14.** Sobre o contexto histórico da implantação da Educação Profissional no Brasil, é correto afirmar que

- (A) o Decreto nº 7.566, de 1909, criou Escolas de Aprendizizes Artífices nas capitais dos Estados, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito, com o objetivo de formar operários e contra mestres.
- (B) as Escolas de Aprendizizes Artífices ofereciam exclusivamente cursos de nível superior em Engenharia Industrial, em razão das crescentes demandas do processo de industrialização do País.
- (C) a implantação da educação profissional federal ocorreu apenas com a criação dos Institutos Federais, pela Lei nº 11.892/2008.
- (D) as Escolas de Aprendizizes Artífices, desde sua criação em 1909, estavam vinculadas às universidades federais, responsáveis pela organização de suas atividades de ensino.
- (E) o Decreto nº 7.566/1909, que é um marco no contexto histórico da educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, restringiu a oferta do ensino profissional às regiões Sul e Sudeste do País, em razão da maior concentração de atividades industriais.

- 15.** A trajetória histórica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) está relacionada às transformações ocorridas na educação profissional federal no Brasil. Sobre sua constituição, é correto afirmar que

- (A) a Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, criada em 1909, foi transformada diretamente em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina pela Lei nº 11.892/2008, sem a criação de outras instituições federais intermediárias.
- (B) a Escola Técnica Federal de Santa Catarina passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina em 2002, após sua transformação em Cefet-SC.
- (C) o IFSC tem sua origem na Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, criada em 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha, passando por diferentes denominações institucionais, como Escola Industrial, Escola Técnica Federal de Santa Catarina e Cefet-SC, até sua transformação em Instituto Federal pela Lei nº 11.892/2008.
- (D) a Escola Técnica Federal de Santa Catarina foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina em 2006, por meio de decreto presidencial, antes da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- (E) o Cefet-SC foi criado em 1909 como denominação inicial da instituição, pelo então Presidente Nilo Peçanha, permanecendo com essa designação até a criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008.

16. Nos termos da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem natureza jurídica de autarquia e, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, são equiparados às

- (A) escolas técnicas estaduais.
- (B) fundações públicas de direito privado.
- (C) secretarias estaduais de educação.
- (D) empresas públicas federais.
- (E) universidades federais.

17. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, após cumprir o estágio probatório e ser aprovado nas condições legais de desempenho, adquirirá

- (A) efetividade e direito à licença-prêmio por assiduidade.
- (B) estabilidade no serviço público.
- (C) direito à aposentadoria compulsória antecipada.
- (D) vitaliciedade no cargo.
- (E) direito à remoção automática para qualquer unidade da Federação.

18. Nos termos da Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023, no preenchimento das vagas reservadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, 50% (cinquenta por cento) dessas vagas deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda familiar bruta mensal per capita igual ou inferior a:

- (A) meio salário-mínimo per capita.
- (B) 1,5 (um salário-mínimo e meio) per capita.
- (C) 2 (dois) salários-mínimos per capita.
- (D) 1 (um) salário-mínimo per capita.
- (E) 3 (três) salários-mínimos per capita.

19. Segundo o § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando os

- (A) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- (B) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, exclusivamente os fatores médicos relacionados à mobilidade e à condição de saúde da pessoa, além da limitação no desempenho de atividades laborais.
- (C) fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, o histórico educacional e profissional como critérios determinantes e a existência de diagnóstico clínico da deficiência exclusivamente estabelecido por médico neurologista.
- (D) fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, a existência de laudo médico, o diagnóstico da deficiência e o grau de comprometimento funcional definido exclusivamente por profissional da área da saúde.
- (E) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, as características pessoais do indivíduo, o tempo de tratamento realizado e os recursos terapêuticos utilizados no acompanhamento da condição de saúde.

20. A Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, ampliou para 30% a reserva de vagas em concursos públicos federais para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, revogando a Lei nº 12.990/2014. Segundo o art. 11 dessa Lei, a nova reserva

- (A) aplica-se retroativamente a todos os concursos em andamento, inclusive aos que já tiverem prova objetiva realizada.
- (B) depende de regulamentação por decreto para produzir qualquer efeito, não tendo vigência imediata nos concursos em andamento.
- (C) não se aplica aos concursos públicos e aos processos seletivos simplificados cujos editais de abertura tenham sido publicados antes de sua entrada em vigor, que permanecem regidos pela Lei nº 12.990/2014.
- (D) aplica-se exclusivamente aos concursos das empresas públicas e sociedades de economia mista, excluindo a administração direta e as autarquias federais.
- (E) determina que a participação de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas em todas as etapas do certame ocorrerá mediante classificação exclusiva entre os candidatos que concorrem às vagas reservadas, independentemente da classificação na ampla concorrência, nos termos de regulamento.

- 21.** No processo de elaboração de um diagnóstico sobre a governança de uma instituição federal de ensino, o Tecnólogo em Gestão Pública precisa representar as relações jurídicas existentes entre o Ministério da Educação, o IFSC e seus câmpus.

Considerando a organização da Administração Pública federal, assinale a alternativa correta quanto ao registro tecnicamente adequado.

- (A) O IFSC integra a administração direta como órgão do MEC, e cada câmpus constitui unidade descentralizada com personalidade jurídica própria.
- (B) O IFSC constitui fundação pública vinculada ao MEC, e cada câmpus responde autonomamente pelas obrigações assumidas em sua área de atuação.
- (C) O IFSC integra a administração indireta como autarquia vinculada ao MEC, e cada câmpus compõe sua estrutura sem personalidade jurídica própria.
- (D) O IFSC constitui empresa pública supervisionada pelo MEC, e cada câmpus atua como estabelecimento dotado de autonomia patrimonial.
- (E) O IFSC integra a administração indireta como autarquia subordinada hierarquicamente ao MEC, e cada câmpus exerce competências delegadas pelo Ministério.

- 22.** Numere corretamente a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando cada abordagem ao procedimento organizacional correspondente.

- (1) Administração científica
- (2) Teoria clássica da administração
- (3) Burocracia
- (4) Racionalidade limitada
- () Define a autoridade por competências legalmente estabelecidas e preserva a continuidade do cargo em relação ao seu ocupante.
- () Sistematiza as funções gerais da administração e orienta a estrutura pela unidade de comando.
- () Examina alternativas sucessivamente e encerra a busca quando encontra resultado compatível com o nível de aspiração.
- () Decompõe o trabalho e padroniza sua execução para reduzir variações no desempenho das tarefas.

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 2 – 3 – 1 – 4.
- (C) 3 – 4 – 2 – 1.
- (D) 4 – 1 – 3 – 2.
- (E) 3 – 2 – 4 – 1.

- 23.** Em um estudo sobre a reforma administrativa brasileira, uma equipe analisa um serviço relacionado à efetivação de direitos sociais, cuja execução admite a atuação simultânea do Estado, de organizações da sociedade e de agentes privados. O exercício do poder coercitivo permanece situado em outro setor estatal.

Na estrutura conceitual do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o serviço analisado corresponde ao setor de

- (A) núcleo estratégico, associado à propriedade estatal e à desconcentração administrativa.
- (B) serviços não exclusivos, associado à propriedade pública não estatal e à publicização.
- (C) atividades exclusivas, associado à propriedade estatal e à constituição de agências executivas.
- (D) produção para o mercado, associado à propriedade privada e à privatização.
- (E) serviços não exclusivos, associado à propriedade estatal e à descentralização federativa.

- 24.** Durante o acompanhamento de um projeto institucional, um Tecnólogo em Gestão Pública identificou irregularidade relacionada à execução das atividades. Os documentos analisados indicam possível envolvimento da autoridade superior à qual o servidor está subordinado.

Nos termos do art. 116, inciso VI, da Lei nº 8.112/1990, o servidor deverá

- (A) comunicar a irregularidade à autoridade sob suspeita, preservando o fluxo hierárquico da unidade.
- (B) levar a irregularidade ao conhecimento de outra autoridade competente para sua apuração.
- (C) aguardar a conclusão do projeto e comunicar o fato quando estiver quantificado eventual prejuízo financeiro.
- (D) encaminhar os documentos à unidade de auditoria para que esta instaure o processo correspondente.
- (E) determinar o afastamento preventivo dos envolvidos e encaminhar posteriormente os documentos à autoridade competente.

- 25.** O planejamento estratégico de uma instituição multi-campi estabeleceu o seguinte indicador: Percentual de projetos concluídos no prazo = número de projetos concluídos no prazo ÷ número total de projetos concluídos × 100. A meta institucional para o exercício é de 80%. Ao final do período, foram apurados os seguintes dados:

Câmpus	Projetos concluídos no prazo	Total de projetos concluídos
Alfa	18	20
Beta	21	30
Gama	32	40

Assinale a alternativa correta quanto à leitura tecnicamente adequada do resultado.

- (A) 78,9%, situando-se 1,1 ponto percentual abaixo da meta.
- (B) 80,0%, coincidindo com a meta pela média dos percentuais dos câmpus.
- (C) 80,0%, alcançando a meta pela predominância de câmpus com resultado igual ou superior ao valor estabelecido.
- (D) 78,9%, superando a meta em 1,1 ponto percentual após a ponderação pelos projetos concluídos.
- (E) 71,0%, situando-se 9,0 pontos percentuais abaixo da meta pela utilização do quantitativo de projetos concluídos no prazo.

- 26.** Após a implantação de um programa de permanência estudantil, a taxa de evasão entre seus beneficiários diminuiu de 18% para 11%. No mesmo período, houve mudanças no perfil dos ingressantes, regularização do calendário acadêmico e implantação de outras ações de apoio. A seleção dos beneficiários também considerou características associadas ao risco de evasão.

Para estimar a contribuição causal do programa à redução observada, o Tecnólogo em Gestão Pública deverá

- (A) realizar avaliação de processo, verificando conformidade da entrega, cobertura e execução das atividades previstas.
- (B) calcular a eficiência operacional, relacionando as despesas do programa ao número de estudantes atendidos em cada câmpus.
- (C) aplicar pesquisa de satisfação, utilizando a percepção dos beneficiários como medida da contribuição causal do programa.
- (D) adotar a variação temporal observada, tomando a diferença entre as taxas como efeito atribuível à intervenção.
- (E) realizar avaliação de impacto, construindo um contrafactual crível por meio de grupo de comparação e método compatível com a seleção dos beneficiários.

- 27.** Considere as asserções abaixo sobre planos, programas e responsividade.

- I - O cumprimento das metas físicas de um programa pode coexistir com baixa responsividade da política pública.
- II - Indicadores de produto informam o volume das entregas, enquanto a responsividade envolve captar, processar e incorporar demandas legítimas na orientação do plano e no desenho do programa.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- (A) A asserção I é verdadeira, e a asserção II é falsa.
- (B) A asserção I é falsa, e a asserção II é verdadeira.
- (C) As duas asserções são verdadeiras, e a II fundamenta a I.
- (D) As duas asserções são verdadeiras, e a II não fundamenta a I.
- (E) As duas asserções são falsas.

28. Uma iniciativa institucional de duração plurianual foi incluída no PPA e definida como prioridade para o exercício seguinte na LDO. Durante a elaboração da LOA, entretanto, foi consignada dotação insuficiente para que a unidade assuma a obrigação pelo valor integral previsto.

A análise tecnicamente adequada é a de que

- (A) a previsão no PPA autoriza o empenho integral, pois a iniciativa possui duração superior ao exercício financeiro.
- (B) o PPA e a LDO orientam o planejamento e as prioridades, mas a execução depende de crédito previsto na LOA ou adicional regularmente aberto.
- (C) a prioridade estabelecida na LDO converte-se em dotação quando a unidade aprova o respectivo plano anual de trabalho.
- (D) a programação financeira substitui a dotação insuficiente quando existe disponibilidade de caixa para suportar a despesa.
- (E) o ordenador pode empenhar a despesa com base nos valores programados para os exercícios posteriores do PPA.

29. Em 3 de agosto, uma unidade emitiu o empenho para aquisição de equipamentos. No dia 20 de agosto, o fornecedor tentou realizar a entrega, mas a comissão recusou o recebimento em razão da ausência de componentes. Em 28 de agosto, a pendência foi resolvida e o objeto foi recebido e aceito. No dia 2 de setembro, a autoridade competente expediu o despacho determinando que a despesa fosse paga. A transferência bancária ocorreu em 5 de setembro.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, as datas da liquidação, da ordem de pagamento e do pagamento são, correta e respectivamente,

- (A) 3 de agosto, 20 de agosto e 28 de agosto.
- (B) 20 de agosto, 28 de agosto e 2 de setembro.
- (C) 20 de agosto, 2 de setembro e 5 de setembro.
- (D) 28 de agosto, 5 de setembro e 2 de setembro.
- (E) 28 de agosto, 2 de setembro e 5 de setembro.

30. Uma unidade propõe ampliar um serviço institucional, medida que acarretará aumento da despesa pública. Para instruir o processo, o Tecnólogo em Gestão Pública deverá observar as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nos termos da LC nº 101/2000, a proposta deverá ser acompanhada de

- (A) estimativa do impacto no exercício de início e no seguinte, acompanhada de declaração da unidade contábil sobre a disponibilidade financeira.
- (B) estimativa restrita ao exercício de início, acompanhada de manifestação do controle interno sobre a oportunidade administrativa da medida.
- (C) estimativa do impacto no exercício de início e nos dois subsequentes, acompanhada de declaração do ordenador sobre adequação à LOA e compatibilidade com PPA e LDO.
- (D) estimativa correspondente a quatro exercícios financeiros, acompanhada de autorização da autoridade máxima da instituição para abertura do crédito.
- (E) estimativa relativa ao período de vigência do PPA, acompanhada de indicação de receita destinada à compensação integral da nova despesa.

31. Uma unidade empenhou, em abril, a aquisição de um equipamento de laboratório classificado como ativo imobilizado. O equipamento foi recebido e aceito em maio, quando se tornou exigível a obrigação perante o fornecedor. O pagamento ocorreu em junho.

Considerando as perspectivas orçamentária e patrimonial da contabilidade pública, o registro adequado consiste em

- (A) reconhecer o ativo e o passivo patrimonial no recebimento e na aceitação, extinguindo-se o passivo e reduzindo-se o caixa no pagamento.
- (B) reconhecer o ativo e o passivo patrimonial no empenho, utilizando o recebimento para registrar controles sem alteração patrimonial.
- (C) reconhecer o equipamento no pagamento, registrando no mesmo momento uma variação patrimonial diminutiva pelo valor integral.
- (D) registrar no recebimento uma variação patrimonial diminutiva, pois a despesa orçamentária reduz o patrimônio na aquisição do equipamento.
- (E) reconhecer o ativo quando o equipamento entrar em funcionamento e registrar o passivo patrimonial quando ocorrer o pagamento.

32. Ao encerrar o exercício, uma entidade pública identificou obrigação presente decorrente de evento passado. A saída de recursos foi avaliada como provável, e a equipe técnica conseguiu elaborar estimativa confiável do valor, embora permanecessem incertezas quanto ao montante final e à data da liquidação.

O tratamento contábil adequado consiste em

- (A) divulgar um passivo contingente, mantendo o evento fora das contas patrimoniais em razão das incertezas existentes.
- (B) registrar empenho e passivo financeiro, preservando o resultado patrimonial até a efetivação do pagamento.
- (C) reconhecer o passivo quando houver decisão definitiva e o valor da obrigação estiver estabelecido com exatidão.
- (D) reconhecer uma provisão no passivo e a correspondente variação patrimonial diminutiva, utilizando a melhor estimativa e promovendo sua reavaliação.
- (E) constituir reserva no patrimônio líquido pelo valor provável da obrigação, com reversão após a saída dos recursos.

33. Após a aprovação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do IFSC, uma alteração normativa criou necessidade urgente de capacitação que não havia sido prevista no planejamento. A contratação da ação de desenvolvimento produzirá despesa para a instituição.

De acordo com o Decreto nº 9.991/2019, a contratação poderá ser realizada mediante

- (A) inclusão da necessidade no PDP do exercício seguinte, com adiamento da contratação.
- (B) autorização da unidade de Gestão de Pessoas, acompanhada do registro no relatório anual de execução do PDP.
- (C) autorização excepcional da autoridade máxima, registrada em processo administrativo específico com a respectiva justificativa, e posterior registro da ação nas revisões do PDP.
- (D) manifestação prévia do órgão central do SIPEC, que substituirá a revisão do PDP institucional.
- (E) autorização no mesmo processo de aprovação do PDP, condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

34. Na preparação de uma contratação, o estudo técnico preliminar elaborado pelo IFSC apresenta a descrição da necessidade, as estimativas das quantidades, a estimativa do valor, a justificativa quanto ao parcelamento e o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação. O documento não contempla o levantamento de mercado nem apresenta justificativa para essa omissão. A análise dos riscos também não consta do processo.

Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta a orientação técnica adequada.

- (A) O estudo deverá incorporar todos os elementos relacionados no art. 18, pois a extensão de seu conteúdo permanece uniforme para os diferentes objetos.
- (B) A análise dos riscos poderá integrar a fase de execução contratual, tendo em vista que o estudo já apresenta estimativas de quantidades e de valor.
- (C) O levantamento de mercado poderá ser substituído pela estimativa do valor da contratação, pois os dois elementos desempenham a mesma função no planejamento.
- (D) O estudo apresenta o núcleo mínimo previsto em lei, mas a ausência do levantamento de mercado requer justificativa, e a fase preparatória deverá contemplar a análise dos riscos.
- (E) A elaboração do termo de referência encerra a avaliação da viabilidade da contratação e afasta a necessidade de revisão do estudo técnico preliminar.

35. O IFSC pretende contratar uma solução integrada para monitoramento do consumo energético, da ocupação dos espaços e das condições operacionais das suas unidades. A prospecção inicial identificou tecnologias distintas, cuja integração depende de adaptações relevantes. A equipe não consegue definir, com precisão suficiente, as especificações da solução e precisa avaliar diferentes arquiteturas técnicas e estruturas de remuneração e alocação de riscos.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação descrita é compatível com

- (A) concorrência.
- (B) diálogo competitivo.
- (C) tomada de preços.
- (D) concurso.
- (E) credenciamento.

36. Durante o inventário patrimonial, o IFSC identificou equipamentos laboratoriais em boas condições, mas sem utilização previsível pela instituição. A UFSC manifestou interesse em adquiri-los para equipar novos laboratórios.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta o encaminhamento juridicamente adequado.

- (A) A destinação deverá ocorrer mediante doação, em razão da finalidade educacional comum às duas instituições.
- (B) A alienação dependerá de autorização legislativa e de licitação na modalidade concorrência.
- (C) A venda será precedida de leilão, pois a destinação a outro órgão público mantém a exigência da disputa.
- (D) A entrega poderá ser realizada com base no inventário, ficando a avaliação patrimonial a cargo da instituição adquirente.
- (E) A alienação exige interesse público devidamente justificado e avaliação prévia, sendo dispensada a licitação na venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível a outro órgão ou entidade da Administração Pública.

37. No final do mês de setembro, a unidade de Gestão de Pessoas do IFSC solicitou parecer sobre os procedimentos de elaboração e aprovação do PDP referente ao exercício seguinte.

De acordo com o Decreto nº 9.991/2019, assinale a alternativa que apresenta corretamente esses procedimentos.

- (A) A proposta será encaminhada ao órgão central do SIPEC até 30 de setembro e, a partir de 30 de novembro, a autoridade máxima aprovará o PDP, podendo acolher as sugestões recebidas.
- (B) A autoridade máxima aprovará o PDP até 30 de setembro e o encaminhará ao órgão central do SIPEC para homologação até 30 de novembro.
- (C) A unidade de Gestão de Pessoas aprovará a proposta até 30 de setembro, cabendo à autoridade máxima deliberar sobre as revisões realizadas durante o exercício.
- (D) A proposta será encaminhada ao órgão central do SIPEC a partir de 30 de novembro, após a publicação do relatório anual de execução.
- (E) O PDP vigente será prorrogado até a avaliação do relatório anual pelo órgão central do SIPEC, quando será autorizada a elaboração do plano seguinte.

38. Durante a revisão do planejamento estratégico do IFSC, uma equipe propôs que as prioridades de uma política de permanência estudantil fossem definidas mediante diagnóstico técnico, deliberação com a comunidade acadêmica e acompanhamento público dos resultados.

À luz do Novo Serviço Público, essa proposta fundamenta-se na compreensão de que

- (A) a responsividade decorre da agregação das preferências dos usuários, tratados como clientes dos serviços institucionais, cabendo à gestão maximizar a satisfação individual aferida por indicadores de qualidade.
- (B) a legitimidade administrativa resulta da separação entre a formulação técnica e a participação dos atores interessados, reservando-se a decisão ao corpo técnico e a execução à burocracia.
- (C) o interesse público é construído por meio do diálogo democrático, e a atuação do agente público envolve responsabilidades legais, políticas, profissionais e comunitárias.
- (D) a descentralização decisória deve produzir competição entre unidades, com a alocação de recursos vinculada ao desempenho comparado e à contratualização de metas quantitativas.
- (E) a direção institucional define o valor público a ser produzido, cabendo aos cidadãos avaliar, ao final, a satisfação com os serviços entregues.

39. Na elaboração do planejamento estratégico do IFSC, uma equipe registrou os seguintes achados:

- servidores com experiência na elaboração e no monitoramento de projetos institucionais;
- fragmentação dos dados gerenciais entre sistemas que não se comunicam;
- previsão de novos programas governamentais de financiamento à educação profissional;
- projeção de redução da população jovem em determinadas regiões atendidas pela instituição.

Ao distribuir esses achados na matriz SWOT, a equipe deverá classificá-los, correta e respectivamente, como

- (A) oportunidade, fraqueza, força e ameaça.
- (B) força, fraqueza, oportunidade e ameaça.
- (C) força, ameaça, oportunidade e fraqueza.
- (D) oportunidade, ameaça, força e fraqueza.
- (E) fraqueza, força, ameaça e oportunidade.

- 40.** Um programa institucional definiu público-alvo, serviços, metas, recursos e indicadores para ampliar a permanência estudantil. Durante a execução, foram observadas diferenças expressivas entre os câmpus, associadas à disponibilidade de pessoal, à integração dos sistemas e à coordenação dos fluxos de atendimento.

No ciclo das políticas públicas, esses achados direcionam a análise para a etapa de

- (A) formação da agenda, em que determinadas situações passam a ser reconhecidas como problemas públicos.
- (B) formulação, em que são estabelecidos objetivos, alternativas e elementos constitutivos do programa.
- (C) implementação, em que capacidades, recursos e arranjos organizacionais condicionam a conversão do desenho em entregas.
- (D) avaliação de impacto, em que a variação entre unidades demonstra os efeitos atribuíveis à intervenção.
- (E) responsividade, em que as demandas apresentadas redefinem a estrutura originalmente estabelecida.

- 41.** Durante a implantação de um novo sistema institucional, a gestora apresentou à equipe uma visão compartilhada dos resultados pretendidos, incentivou a revisão de procedimentos consolidados, acolheu propostas inovadoras e acompanhou as necessidades de desenvolvimento de cada servidor.

No campo do comportamento organizacional, essas práticas caracterizam predominantemente a liderança

- (A) transacional, orientada por acordos de desempenho, recompensas e correção de desvios.
- (B) transformacional, associada à visão compartilhada, à estimulação intelectual e à consideração individualizada.
- (C) situacional, baseada na adequação do direcionamento e do apoio ao grau de maturidade da equipe.
- (D) servidora, fundamentada na priorização do desenvolvimento e das necessidades dos liderados.
- (E) democrática, estruturada pela distribuição da autoridade decisória e pela formação de consensos.

- 42.** Ao desenvolver uma ferramenta de análise contábil, o Tecnólogo em Gestão Pública precisa agrupar as contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) conforme a natureza da informação registrada.

Assinale a alternativa correta que apresenta esse agrupamento.

- (A) Classes 1 a 4: orçamentária; classes 5 e 6: patrimonial; classes 7 e 8: controle.
- (B) Classes 1 e 2: patrimonial; classes 3 a 6: orçamentária; classes 7 e 8: controle.
- (C) Classes 1 a 4: controle; classes 5 e 6: patrimonial; classes 7 e 8: orçamentária.
- (D) Classes 1 a 4: patrimonial; classes 5 e 6: orçamentária; classes 7 e 8: controle.
- (E) Classes 1 e 2: patrimonial; classes 3 e 4: controle; classes 5 a 8: orçamentária.

- 43.** Uma unidade propôs avaliar o desempenho dos servidores pela quantidade de documentos técnicos emitidos durante o ano. A análise do Tecnólogo em Gestão Pública identificou que as atividades apresentam diferentes graus de complexidade e envolvem qualidade técnica, cumprimento de prazos, trabalho em equipe e contribuição para os resultados institucionais.

Nesse contexto, o sistema de avaliação deve

- (A) utilizar o volume de documentos como critério central, atribuindo pesos conforme o cargo ocupado pelo servidor.
- (B) combinar critérios de resultados e competências, utilizar evidências quantitativas e qualitativas e produzir *feedback* voltado ao desenvolvimento.
- (C) substituir a avaliação individual pelos resultados gerais da unidade, distribuindo a mesma pontuação entre os integrantes.
- (D) adotar a experiência profissional e a titulação como indicadores do desempenho apresentado durante o período.
- (E) atribuir à chefia a definição da nota global, considerando sua percepção sobre a contribuição de cada servidor.

- 44.** Em uma licitação destinada à celebração de contrato de eficiência, 5 (cinco) propostas atenderam aos requisitos técnicos e apresentaram as seguintes estimativas:

Proposta	Economia estimada	Remuneração proposta
00X-1	R\$ 1.000.000,00	20% da economia
00X-2	R\$ 1.200.000,00	35% da economia
00X-3	R\$ 900.000,00	5% da economia
00X-4	R\$ 1.100.000,00	25% da economia
00X-5	R\$ 950.000,00	8% da economia

Considerando o critério de maior retorno econômico previsto na Lei nº 14.133/2021, qual proposta será classificada em primeiro lugar?

- (A) Proposta 00X-1.
- (B) Proposta 00X-2.
- (C) Proposta 00X-3.
- (D) Proposta 00X-4.
- (E) Proposta 00X-5.

- 45.** Para Chiavenato (2014) a Gestão de Pessoas é um conjunto integrado de processos dinâmicos e interativos. CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

Nesse modelo, os seis processos básicos de Gestão de Pessoas são denominados

- (A) captar, organizar, remunerar, qualificar, reter e auditar pessoas.
- (B) buscar, alocar, reconhecer, capacitar, conservar e avaliar pessoas.
- (C) agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas.
- (D) admitir, direcionar, incentivar, aprimorar, sustentar e gerenciar pessoas.
- (E) selecionar, posicionar, recompensar, formar, preservar e supervisionar pessoas.

- 46.** Sobre a análise das matrizes teóricas que influenciam a organização do trabalho e a Gestão de Pessoas, numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando os autores às suas contribuições.

- (1) Frederick W. Taylor
 - (2) Henri Fayol
 - (3) Max Weber
 - (4) Robert K. Merton
 - (5) Elton Mayo
- () Analisou o deslocamento dos objetivos e a internalização das regras como disfunções das estruturas burocráticas.
 - () Vinculou a eficiência operacional à Organização Racional do Trabalho, incluindo o estudo de tempos e movimentos e a padronização das tarefas.
 - () Sistematizou a função administrativa mediante as atividades de prever, organizar, comandar, coordenar e controlar.
 - () Caracterizou a dominação racional-legal e a organização baseada em competências definidas, hierarquia, formalização escrita e impessoalidade.
 - () Evidenciou a influência dos grupos informais e das relações sociais sobre o comportamento e o desempenho no trabalho.

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 3 – 1 – 2 – 4 – 5.
- (B) 4 – 2 – 1 – 3 – 5.
- (C) 4 – 1 – 2 – 3 – 5.
- (D) 3 – 2 – 1 – 5 – 4.
- (E) 5 – 1 – 3 – 2 – 4.

- 47.** Considerando a Lei nº 14.133/2021, qual alternativa **NÃO** apresenta uma modalidade de licitação?

- (A) Diálogo competitivo.
- (B) Concorrência.
- (C) Leilão.
- (D) Tomada de preços.
- (E) Pregão.

48. Nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem por objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação _____, inclusive quanto ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa _____; evitar contratações com _____ ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento; e incentivar a _____ e o desenvolvimento nacional sustentável.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do parágrafo acima.

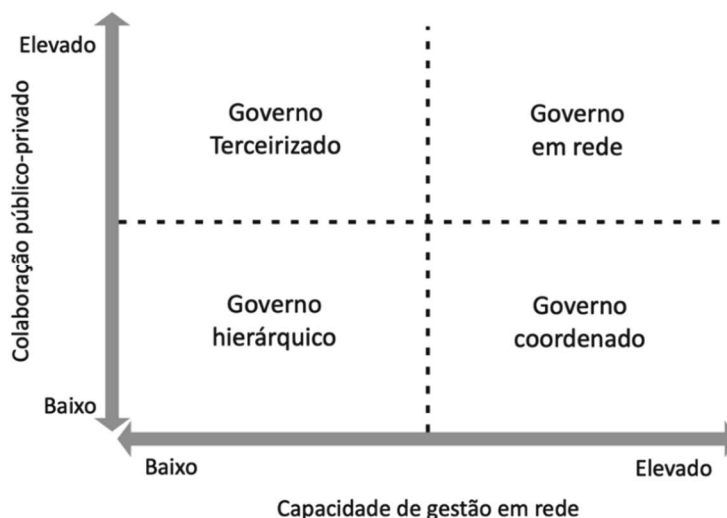
- (A) mais vantajoso – concorrência – sobrepreço – economia
- (B) economicamente eficiente – competição – superfaturamento – modernização
- (C) mais vantajoso – competição – sobrepreço – inovação
- (D) mais econômico – disputa – preço excessivo – economia
- (E) de menor custo – competitividade – sobrepreço – pesquisa

49. Um Tecnólogo em Gestão Pública acompanha uma rede formada pelo IFSC, por um órgão estadual e por secretarias municipais para oferta de formação profissional. O órgão estadual mobiliza os participantes e modela o objetivo comum, enquanto as instituições conservam sua identidade e autonomia relativa. O IFSC desenvolve a formação, as secretarias identificam as demandas e disponibilizam infraestrutura, e o órgão estadual integra os dados e avalia os resultados.

Considerando os critérios de autonomia, variedade dos componentes e cadeia produtiva da prestação dos serviços em redes públicas de cooperação, essa rede descrita acima classifica-se, correta e respectivamente, como

- (A) subordinada – heterogênea – horizontal.
- (B) autônoma – homogênea – vertical.
- (C) tutelada – homogênea – horizontal.
- (D) tutelada – heterogênea – vertical.
- (E) autônoma – heterogênea – horizontal.

50. Considere o modelo a seguir.



Fonte: MALMEGRIN, Maria Leonídia. *Redes públicas de cooperação em ambientes federativos*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 89. Adaptada de Goldsmith e Eggers (2006).

Em uma avaliação comparativa, foram identificadas as seguintes configurações:

- Rede Alfa: ampliou significativamente a participação de organizações não estatais na prestação dos serviços, mas conserva contratos, informações, indicadores e processos de coordenação pouco integrados.
- Rede Beta: mantém a prestação predominantemente estatal e dispõe de planejamento compartilhado, sistemas integrados, indicadores comuns e monitoramento conjunto entre os órgãos participantes.

De acordo com o modelo representado na figura, as Redes Alfa e Beta situam-se, respectivamente, nas configurações de

- (A) governo terceirizado e governo coordenado.
- (B) governo em rede e governo hierárquico.
- (C) governo coordenado e governo terceirizado.
- (D) governo em rede e governo coordenado.
- (E) governo hierárquico e governo em rede.